

Decisão do pregoeiro

Processo nº 23057.000076.2023-80

Referência: Pregão eletrônico nº 02/2024 da UASG 158369

Objeto: Contratação de serviços de manutenção predial, copa e cozinha e outros serviços, com fornecimento de uniformes com periodicidade estabelecida e de outros insumos sob demanda, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Recorrente: ÁGIL LTDA (CNPJ: 26.427.482/0001-54)

Recorrida: LIMPSEV TERCEIRIZACAO EM SERVICOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ: 14.725.699/0001-61)

Assunto: Decisão do pregoeiro quanto ao Recurso interposto pela ÁGIL LTDA (CNPJ: 26.427.482/0001-54) e Contrarrazão da LIMPSEV TERCEIRIZACAO EM SERVICOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ: 14.725.699/0001-61)

1. Tempestividade

Razão e contrarrazão foram apresentadas de forma tempestiva, nos prazos estabelecidos no Edital, a saber: 3 (três) dias úteis para interposição de recurso (razão), contados da data de intimação ou de lavratura da ata, e de 3 (três) dias úteis para apresentação das contrarrazões, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

2. Alegação

A empresa ÁGIL LTDA, inscrita do CNPJ sob o nº 26.427.482/0001-54, doravante denominada Recorrente, requer sua “classificação, habilitação, adjudicação e homologação” no referido pregão.

3. Recurso

A Recorrente solicita que sua desclassificação no presente pregão deve ser reconsiderada, pois entende que “ofereceu uma proposta condizente com os termos do Edital” (p. 10) e cumpriu “todas as solicitações” (p. 11).

Em sua peça recursal, ela argumenta, em resumo, que:

- a) “A Lei de Licitações 14.133, em seu artigo 5º, estabelece que a contratação pública deve observar diversos princípios, entre eles o da economicidade e da eficiência” (p. 2). E que esta lei “não possui uma previsão expressa que obrigue a inclusão de provisões mínimas específicas para uniformes, insumos e EPIs nos contratos” (p. 3).

- b) “Durante a formulação das propostas, as empresas têm a liberdade de incluir esses custos conforme suas próprias realidades operacionais” (p. 4).
- c) “Embora as Normas Regulamentadoras (NRs), especialmente a NR 6, estabeleçam que os empregadores devem fornecer EPIs aos trabalhadores, essas normas são aplicáveis no contexto de relações trabalhistas e não constituem uma exigência específica nas regras de licitação” (p. 4).
- d) “As normas legais permitem que uma empresa renuncie aos materiais e instalações de sua propriedade, desde que isso não comprometa a execução contratual e os requisitos de segurança e saúde dos trabalhadores” (p. 4).
- e) “A SERLIMP é uma empresa independente que atua como fornecedora da ÁGIL LTDA., não havendo qualquer tipo de ingerência ou controle por parte da ÁGIL sobre as atividades internas da SERLIMP” (p. 7).
- f) “Embora haja uma sócia em comum entre as duas empresas, a mera coincidência de sócios não configura, por si só, a existência de grupo econômico. Para a caracterização de grupo econômico, conforme entendimento consolidado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), é necessária a comprovação de controle e direção conjunta entre as empresas, o que não ocorre no presente caso (Art. 2º, §2º da CLT)” (p. 7-8).
- g) Em relação ao valor ofertado, anexamos documento que demonstra a garantia de oferta de EPIs e uniformes, detalhando os custos envolvidos e comprovando nossa capacidade de atender a todas as exigências contratuais. (p. 8)

A recorrente também faz menção de um julgado do TCU (p. 6) que estabelece que:

1. É vedado à Administração fixar nos editais de licitação percentuais, ainda que mínimos, para encargos sociais e trabalhistas ou efetuar ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais. [...] 3. A inexequibilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços e erros no preenchimento dessa planilha não caracterizam motivo suficiente para a desclassificação de proposta, desde que o preço ofertado seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação e que não haja infringência às exigências legais. (RP: 01872620194, Relator: ANA ARRAES, Data de Julgamento: 04/12/2019, Plenário)

A íntegra do documento contendo o recurso apresentado pela Recorrente pode ser acessada na página de acompanhamento da contratação no Portal de Compras do Governo Federal, através do link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-1?compra=15836905900022024>.

4. Contrarrazão

A empresa LIMPSERV TERCEIRIZACAO EM SERVICOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ: 14.725.699/0001-61), doravante denominada Recorrida, que foi declarada vencedora no referido certame, argumenta, em resumo, que:

- a) “O órgão licitante convocou a recorrente para adequar suas planilhas em razão de diversas inconsistências” conforme pareceres 17, 18 e 19/2024 – COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN (p. 1-2).
- b) “Todavia, a recorrente não apresentou os ajustes requeridos pelo órgão licitante, inclusive foi expressamente alertada na parte final do parecer no 19/2024 – COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN que uma vez não corrigido o erro poderia ser desclassificada” (p. 2).
- c) “Mesmo sendo expressamente advertida, a recorrente optou por bem em não promover os ajustes solicitados pelo órgão licitante sendo desclassificada em razão de sua proposta não atender os ditames do edital e termo de referência e não ter comprovado a sua exequibilidade” (p. 2).
- d) “Como se sabe, a desclassificação por inexecuibilidade ela só precisa ser precedida de diligências para que o licitante possa sanar, o que foi feito por três vezes sem sucesso por parte da recorrente” (p. 2).
- e) “A apresentação de propostas inexecuíveis – ou seja, aquelas com preços extremamente baixos ou prazos inviáveis – pode causar sérios problemas, como a paralisação de obras, serviços mal executados ou a necessidade de aditivos contratuais, aumentando os custos para o erário” (p. 2).

Na página de acompanhamento da contratação no Portal de Compras do Governo Federal, através do link já citado, também pode ser acessada a íntegra do documento contendo as contrarrazões apresentada pela Recorrida.

5. Análise dos fatos

Durante a sessão pública do pregão, o setor técnico identificou na documentação apresentada pela Recorrente em sua primeira convocação, entre outras inconsistências, de envio de documentação, preços muito abaixo do estimado para alguns itens da planilha de custos e formação de preços (PCFP). Estas inconsistências foram elencadas no Parecer 17/2024 - COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN. Um dos pontos deste Parecer tratava do auxílio-transporte, para o qual a Recorrente tinha cotado o valor mensal de R\$ 5,00, quando o menor valor estimado para este auxílio foi R\$ 84,94 (para funções como a de supervisor, por exemplo). Também foi apontado o fato da Recorrente ter proposto o valor de R\$ 0,05 para o custo mensal com o seguro de vida de cada trabalhador, quando o estimado foi R\$ 6,97.

Não obstante o fato de ter cotado tais valores para alguns dos itens previstos em Convenção Coletiva de Trabalho, a Recorrente também ofertou em sua proposta preços muito abaixo do estimado para os insumos necessários a prestação dos serviços. Em relação aos uniformes e EPIs, os valores propostos representam de 1,97% a 16,77% daqueles estimados pela Administração, conforme tabela demonstrada no Anexo II deste Parecer. Por exemplo, o uniforme para eletricista (vestimenta contra arco voltaico e fogo repentino), estimado pela Administração ao preço de R\$ 290,32, foi cotado pela Recorrente a R\$ 5,00. Já para os materiais, cuja disputa era em função do desconto concedido, a Recorrente concedeu descontos muito altos, propondo-se a fornecer um saco de 50kg de cimento (Cimento CP II F 32) por R\$ 17,25, quando o estimado foi R\$ 34,50.

Tendo em vista a cotação de preços muito abaixo do estimado, foi solicitado neste mesmo Parecer que a Recorrente comprovasse a exequibilidade de sua proposta, conforme

disposto no item 5.6.5 do Termo de Referência. Contudo, na documentação apresentada pela Recorrente na sua segunda convocação, percebeu-se que, apesar dos ajustes feitos, os valores ainda estavam muito abaixo do estimado para todos os insumos, sobretudo para os uniformes e EPIs. Também não constavam dentre a documentação, as planilhas de comprovação de exequibilidade para os insumos que ficaram muito abaixo do estimado, solicitadas no parecer anterior. Assim, no Parecer 18/2024-COCOMP/DIAD/DG/CNAT/RE/IFRN foi reiterada a solicitação para que a Recorrente apresentasse a comprovação da exequibilidade dos preços por ela cotados.

No seu terceiro envio de documentação, a Recorrente apresentou orçamentos emitidos pela empresa SERLIMP LTDA (CNPJ: 55.187.964/0001-82) contendo os insumos cujo preço estavam muito abaixo do estimado, numa tentativa de comprovar a exequibilidade dos preços dos insumos por ela propostos na licitação. Em diligência realizada pelo pregoeiro, em consulta ao portal da Redesim, mantido pelo Ministério da Fazenda, constatou-se que tanto a Recorrente quanto a SERLIMP possuíam em seu Quadro de Sócios e Administradores (QSA) uma única pessoa, a sra. Camila Araceli Paiano, como sócia-administradora. Tal fato evidenciou que a proposta apresentada pela SERLIMP não poderia ser considerada independente e, portanto, não seria apta para comprovar a exequibilidade dos preços cotados pela Recorrente. Também chamou a atenção o fato da SERLIMP ter sido constituída em 20/05/2024. Outro ponto que chamou a atenção é o fato de uma funcionária da Recorrente, a sra. Maissa Camila Oliveira Souza, ter assinado a proposta da SERLIMP.

Por fim, foi solicitado à Recorrente, pela terceira vez, que apresentasse documentos aptos a comprovar a exequibilidade dos preços por ela propostos. Foram solicitadas notas fiscais com data anterior a aquela solicitação (25/07/2024), demonstrando que a empresa já forneceu e faturou os materiais que constam na proposta pelo mesmo valor. Também foram solicitados os atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais, com suas atualizações da Recorrida e da SERLIMP, além do vínculo de trabalho da sra. Maissa Camila Oliveira Souza com a empresa SERLIMP. Entretanto, a Recorrente não apresentou nenhum destes documentos, mas apenas uma declaração insuficiente para comprovar a independência entre as duas empresas. Assim, a proposta da Recorrente foi desclassificada, por não ter comprovado a exequibilidade de sua proposta, mesmo tendo sido solicitada por 3 vezes.

5. Decisão do pregoeiro

Em momento algum, foi exigida da Recorrente a inclusão, em sua proposta, de provisões mínimas relativas a uniformes, insumos ou EPIs, uma vez que não há previsão legal para tal. Reconhecemos que tal exigência contraria o julgado do TCU, citado pela Recorrente, de que é vedada à Administração a exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais (TCU - RP: 01872620194, Relator: ANA ARRAES, Data de Julgamento: 04/12/2019, Plenário).

A desclassificação de sua proposta foi ensejada justamente pela sua incapacidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Tal entendimento está em consonância com o que dispõe a Nova Lei de Licitações e Contratos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Vale lembrar que o entendimento consolidado no TCU é a de que a Administração sempre deve dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta (Súmula TCU 262). Neste sentido, temos que a liberdade evocada pela Recorrente não lhe exime da obrigatoriedade de comprovar que seus preços são exequíveis. Tampouco, não há qualquer menção na Nova Lei de Licitações que permita a uma empresa renunciar aos materiais e instalações de sua propriedade, ao contrário do que sustenta a Recorrente.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que um dos objetivos do processo licitatório é “evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos” (art. 11, III). Isto posto, vale lembrar que os custos com insumos representam quase 30% do valor total da contratação, o que demonstra que este custo não representa um item isolado da planilha. Assim, o risco da aceitação de uma proposta com preços inexequíveis para este custo deve ser levado em conta durante o julgamento das propostas. É importante notar também que o fornecimento dos insumos vinculados a prestação de serviços compõe o próprio objeto da licitação. Logo, o não fornecimento destes leva a inexecução parcial do contrato.

Ademais, não restou comprovada a independência entre as duas empresas (a Recorrente e aquela usada para comprovação da exequibilidade de sua proposta). Em consulta ao site do SEBRAE, vimos que o sócio administrador é o responsável por todas as tarefas administrativas da empresa, sendo o condutor das atividades diárias do negócio e o representante legal da sociedade, entre outras atribuições. Assim, o fato de ambas as empresas serem conduzidas pela mesma pessoa lança por terra o argumento da Recorrente de que uma é independente da outra.

6. Conclusão

O Pregoeiro e a equipe de apoio, face o exposto, decidem que o recurso interposto pela empresa ÁGIL LTDA (CNPJ: 26.427.482/0001-54), é IMPROCEDENTE.

Desta forma, será mantida a Habilitação da empresa LIMPSEV TERCEIRIZACAO EM SERVICOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ: 14.725.699/0001-61), declarada vencedora do Pregão Eletrônico nº 2/2024 e a presente decisão será submetida à análise da autoridade competente.

Documento Digitalizado Público

Decisão do Pregoeiro

Assunto: Decisão do Pregoeiro
Assinado por: Fabio Reis
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Fabio Henrique Vale dos Reis, COORDENADOR(A) - FG0002 - COCOMP/CNAT**, em 09/09/2024 22:59:05.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1896705
Código de Autenticação: 01102a3e65

